



CONVITE

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

**AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM
DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO
PARA A UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO E.P.E.**

PREÇO BASE: 68.000,00 € (sessenta e oito mil euros)

Consulta Prévia nos termos da alínea b) do n.º 1 do Art.º 16.º, alínea c) n.º 1 do Art.º 20.º e Art.ºs 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) na sua redação atual

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

ÍNDICE

ARTIGO 1.º -	OBJETO DO PROCEDIMENTO	3
ARTIGO 2.º -	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	3
ARTIGO 3.º -	ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	3
ARTIGO 4.º -	CONSULTA DO PROCESSO E INSPEÇÃO AO LOCAL	3
ARTIGO 5.º -	ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	4
ARTIGO 6.º -	MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	5
ARTIGO 7.º -	ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	6
ARTIGO 8.º -	PROPOSTAS VARIANTES, PROPOSTAS PARCIAIS E NEGOCIAÇÕES	9
ARTIGO 9.º -	PREÇO BASE	9
ARTIGO 10.º -	PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA	10
ARTIGO 11.º -	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	10
ARTIGO 12.º -	JÚRI DO PROCEDIMENTO	10
ARTIGO 13.º -	ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS.....	11
ARTIGO 14.º -	RELATÓRIO PRELIMINAR.....	11
ARTIGO 15.º -	AUDIÊNCIA PRÉVIA.....	11
ARTIGO 16.º -	RELATÓRIO FINAL	12
ARTIGO 17.º -	ADJUDICAÇÃO	12
ARTIGO 18.º -	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	12
ARTIGO 19.º -	CAUÇÃO	14
ARTIGO 20.º -	CONTRATO	14
ARTIGO 21.º -	ENCARGOS	14
ARTIGO 22.º -	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	14
ANEXO I -	MODELO DA DECLARAÇÃO.....	15
ANEXO II -	MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL	17
ANEXO III -	FORMULÁRIO DE PREÇOS E DEMAIS ELEMENTOS.....	18
ANEXO IV -	MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO	19

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

A UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E.P.E., convida V.Ex^{as}. a apresentar uma proposta no âmbito do presente procedimento de Consulta Prévia, nos termos que em seguida se descrevem:

Artigo 1.º - OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. Constitui objeto do presente procedimento a **AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB**, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos e respetivas cláusulas técnicas/especiais.
2. Os bens a fornecer e respetivas quantidades estimadas estão previstas na **Cláusula 32.ª** do caderno de encargos.
3. O equipamento a disponibilizar em regime de contra consumo, sem encargos para a ULSCB está identificado na **Cláusula 33.ª** do caderno de encargos.

Artigo 2.º - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E., contribuinte número 509309844, com sede na Avenida Pedro Álvares Cabral, 6000-084 Castelo Branco, com os telefones geral n.º 272000272 e Sector de Contratação Pública 272000270/104, de Fax n.º 272000121, com o endereço eletrónico: concursos@ulscb.min-saude.pt, site na Internet: www.ulscb.min-saude.pt e PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS www.acingov.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou ULSCB.

Artigo 3.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

1. A decisão de contratar, de acordo com o art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada **em 11 de junho de 2021 por deliberação do Exmo.º Conselho de Administração da ULSCB**, no uso da competência que lhe é conferida decorrente do disposto no Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.
2. A adoção do presente procedimento por Consulta Prévia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Art.º 16.º e Art.ºs 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, é realizada com base no **CRITÉRIO DO VALOR DO CONTRATO** estabelecido pela **alínea c) do n.º 1 do Art.º 20.º do CCP**.

Artigo 4.º - CONSULTA DO PROCESSO E INSPEÇÃO AO LOCAL

1. O processo do presente procedimento pode ser consultado na PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS <https://www.acingov.pt>, utilizada pela ULSCB, encontrando-se igualmente disponível para consulta na Área de Contratação Pública do Serviço de Compras e Logística da ULSCB, sita na Avenida Pedro Álvares Cabral, 6000-084 Castelo Branco, onde pode ser examinado, nos dias

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

úteis, das 10h00 às 12h00 e das 14h30 às 17h00, desde o dia do envio do presente Convite, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Até ao terceiro dia do primeiro terço do prazo fixado para a entrega das propostas, poderão os Interessados solicitar, através da plataforma eletrónica identificada no **numero anterior**, uma inspeção para avaliação do espaço físico do Serviço de Imuno-Hemoterapia que irá receber o equipamento a colocar/installar contra consumo e realizar nele os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições que influam no modo de efetuar o fornecimento e, se a ULSCB assim o entender serão acompanhados por um elemento por esta designado.
3. A visita solicitada realizar-se-á, imperativamente, até ao sexto dia do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, e a data, local e hora para a sua realização será comunicada aos que a tiverem requerido com uma antecedência mínima de um dia.
4. Os Interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos para condicionar a apresentação da sua proposta.

Artigo 5.º - ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado CCP, os Interessados poderão solicitar o esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, na plataforma eletrónica em uso pela ULSCB identificada no **Artigo anterior** até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. No mesmo prazo, os Interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento e que digam respeito a:
 - 2.1. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - 2.2. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - 2.3. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o Interessado não considere exequíveis.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - 3.1. O Júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados, ou pode prestá-los oficiosamente, por escrito, através da plataforma eletrónica;

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

- 3.2. O Órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões identificadas considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, ou pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento.
4. Ao órgão competente para a decisão de contratar compete a identificação e decisão sobre os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, que, uma vez tomada, será publicitada na plataforma eletrónica utilizada pela ULSCB identificada no **Artigo anterior** e junta às peças de procedimento.
5. Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e às retificações devem ser juntos às peças do procedimento e disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela ULSCB.
6. Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações às peças do procedimento expressamente aceites fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º - MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados **diretamente na PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS utilizada pela ULSCB identificada no artigo 4.º** do presente convite, através de meio de transmissão escrita eletrónica de dados, até às **17h00m00s do dia 21 de junho de 2021**, que emitirá ao Concorrente um recibo eletrónico comprovativo da receção da proposta com referência às respetivas data e hora.
2. A apresentação de propostas deverá ser realizada exclusivamente **por via eletrónica e através da PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS www.acingov.pt**, disponibilizada pela ACIN–*iCloud Solutions*, prevista nos termos do nº 1 do art.º 62º do CCP.
3. Em caso de dificuldade para aceder e utilizar a PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS, o concorrente deverá contactar o Serviço de Apoio ao Cliente da mesma através do Serviço de Apoio ao Cliente – 707 451 451 / apoio@acingov.pt.
4. **Todos e cada um dos documentos submetidos na PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS, devem ser assinados com recurso a aposição de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e com aposição de selos temporais, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 55.º desse mesmo diploma.**
5. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados com recurso a aposição de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão. Se o Concorrente optar por submeter na plataforma

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

eletrónica os referidos documentos utilizando um arquivo de compressão de dados (v.g. arquivo ZIP), ou um ficheiro pdf que agregue vários documentos, deve, ainda assim e sob pena de exclusão, assinar com recurso a aposição de assinatura eletrónica qualificada cada um dos documentos que o constituem.

6. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes dar cumprimento ao previsto no n.º 7 do artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, submetendo na PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
7. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo anexado à proposta dos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
8. Para efeitos de determinação da data e hora referidas no número anterior, ter-se-á em consideração o momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que as integram.

Artigo 7.º - ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. Na proposta, o Concorrente manifesta a sua vontade em contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos ou elementos, sob pena de exclusão:
 - 2.1. **Declaração**, de acordo com o modelo constante do **ANEXO I** ao presente Convite com observância do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
 - 2.2. **Declaração** com indicação do preço contratual global, elaborada de acordo com o **ANEXO II** ao presente Convite, observando o disposto no artigo 60.º do CCP;
 - 2.3. **Formulário de preços e demais elementos** de acordo com o **Anexo III** ao presente Convite:
 - ❖ **Designação dos bens, por artigo;**
 - ❖ **Preço unitário, por artigo, S/ IVA;**
 - ❖ **Preço total por artigo, S/ IVA;**
 - ❖ **Designação, referência e marca dos equipamentos a disponibilizar;**
 - ❖ **Preço global da proposta S/ IVA;**
 - ❖ **Taxa de IVA aplicável;**
 - ❖ **Prazo de manutenção das propostas;**
 - ❖ **Condições de pagamento;**

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

- ❖ Prazo de entrega dos artigos após requisição;
- ❖ Prazo de instalação e colocação dos equipamentos a disponibilizar após adjudicação;

- 2.4. Documento com a descrição das **características técnicas dos bens a fornecer** (reagentes) relativamente a cada um dos artigos indicados na **Cláusula 32.ª** do caderno de encargos;
- 2.5. **Memória descritiva do equipamento a disponibilizar em regime de contra consumo**, com a indicação (I) do fabricante, (II) da marca, (III) do modelo, (IV) com descrição de todas as especificações técnicas do mesmo.
- 2.6. Catálogos e documentação Técnica do fabricante (datasheet), **do equipamento a disponibilizar em regime de contra consumo** para a aferição do cumprimento dos requisitos mínimos obrigatórios, referenciando, se possível, em que documento técnico junto com a proposta parte da proposta se pode confirmar elementos técnicos exigidos na **Cláusula 33.ª** do caderno de encargos;
- 2.7. Declaração com a identificação completa do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, com os seguintes elementos: (I) endereço, (II) telefone, (III) telefax e ou de correio eletrónico, (IV) número de identificação de pessoa coletiva e (V) nomes dos titulares dos corpos gerentes e de outras pessoas com poderes para obrigar o concorrente, bem como, se for o caso, a (VI) indicação da entidade designada para representar o agrupamento;
- 2.8. **Plano de manutenção preventiva do equipamento a disponibilizar durante todo o prazo de vigência do contrato** com indicação da respetiva calendarização;
- 2.9. **Prazo de instalação dos equipamentos a disponibilizar em regime de contra consumo**, após adjudicação, o qual deverá respeitar o disposto na **Cláusula 7.ª** do caderno de encargos;
- 2.10. **Indicação do código do dispositivo médico (CDM) atribuído pelo INFARMED, I.P. a cada dispositivo médico (artigos indicados na Cláusula 32.ª do caderno de encargos) proposto para aquisição, bem como, relativamente aos equipamentos a disponibilizar em regime de contra consumo (Identificados na Cláusula 33.ª do caderno de encargos)**, para efeitos de comprovação de que todos e cada um dos dispositivos médicos a adquirir ou a disponibilizar foram objeto de codificação pelo INFARMED (CDM) e que os mesmos constam já da respetiva base de dados ou, nas situações em que o dispositivo médico ainda não esteja disponível na base de dados, certidão emitida pelo INFARMED que ateste a existência de procedimento de codificação em curso, para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do Despacho n.º 2945/2019, de 19 de março, de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde (SEAS);

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

- 2.11. Documento comprovativo que todos os Artigos propostos**, identificados na **Cláusula 32.ª** do caderno de encargos, **possuem certificados CE e marcação CE**;
- 2.12. Documento comprovativo que o equipamento a disponibilizar** identificado na **Cláusula 33.ª** do caderno de encargos, **possuem certificados CE e marcação CE**;
- 2.13. Plano de formação técnica** aos profissionais da ULSCB que serão afetos ao equipamento a disponibilizar em regime de contra consumo, o qual deve incluir as datas propostas e os respetivos conteúdos e carga horária, e respeitar o disposto na **Cláusula 40.ª** do Caderno de encargos;
3. Após a entrega dos documentos da proposta, a ULSCB **poderá** agendar, com alguma antecedência, com os concorrentes que tenham apresentado proposta, demonstrações dos equipamentos e disponibilizar. Os técnicos dos concorrentes afetos às demonstrações deverão estar aptos a prestar todos os esclarecimentos técnicos relativamente aos bens objeto das demonstrações. As demonstrações servem para aferir do cumprimento das características técnicas constantes da Cláusula 32.ª do Caderno de encargos.
4. Os encargos decorrentes das demonstrações correm por conta dos concorrentes.
5. Todas as despesas e custos com transporte de bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário e deverão fazer parte do preço da proposta.
6. Os preços indicados na proposta são expressos em Euros e não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado.
7. Os custos e encargos com a disponibilização, colocação em funcionamento e manutenção, durante todo o prazo de execução contratual, dos equipamentos identificados na **Clausula 33.ª** do caderno de encargos estão incluídos no preço contratual apresentado.
8. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
9. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, todos os documentos da proposta, têm obrigatoriamente de ser redigidos em língua portuguesa.
10. Poderão ser apresentados em língua inglesa os documentos técnicos indicados no **número 2.6** do presente Artigo.

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

11. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos Interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.
12. Os concorrentes não poderão apresentar propostas condicionadas sob pena de exclusão das mesmas

Artigo 8.º - PROPOSTAS VARIANTES, PROPOSTAS PARCIAIS E NEGOCIAÇÕES

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.
2. Não é admitida a apresentação de propostas parciais.
3. Para efeitos do disposto no Art.º 115.º, n.º 2, al. a) do CCP, no âmbito do presente procedimento não haverá lugar a negociações.

Artigo 9.º - PREÇO BASE

1. Pelo fornecimento de todos os bens objeto do contrato a celebrar e respetivas prestações complementares, e para o prazo máximo de vigência do contrato (36 meses), o preço base global é de € 68.000,00 (sessenta e oito mil euros), acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.
2. O preço base do presente procedimento, encontra-se repartido da seguinte forma:
 - ❖ 2021/2022 (doze meses): € 22.666,66 (vinte e dois mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
 - ❖ 2022/2023: (doze meses): € 22.666,66 (vinte e dois mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
 - ❖ 2023/2024: (doze meses): € 22.666,66 (vinte e dois mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço base, indicado no número antecedente, foi fixado na sequência de realização de consulta preliminar ao mercado, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP.
4. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, a ULSCB, **por Artigo**, pagará ao Adjudicatário, unicamente o resultado da aplicação dos preços unitários constantes da proposta que vier a ser apresentada e adjudicada, às quantidades de bens efetivamente requisitadas e fornecidas;
5. A ULSCB reserva-se o direito de, por Artigo, não adquirir a totalidade das quantidades de bens indicadas **por Artigo** na tabela constante da **Cláusula 32.ª** do caderno de encargos, por as mesmas serem meras estimativas, o que a ocorrer em caso algum conferirá ao adjudicatário o direito a ser indemnizado seja a que título for.

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

6. O preço base fixado inclui, durante todo o prazo de vigência do contrato, sem qualquer encargo acrescido a disponibilização, instalação e manutenção à ULSCB de 1 (um) autoanalisador automático a instalar no Serviço de Imuno-Hemoterapia, os quais devem respeitar as características descritas na **Cláusula 33.ª** do caderno de encargos.

Artigo 10.º - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O Concorrente fica obrigado a manter todas e quaisquer condições da sua proposta durante um período de **90 (noventa) dias úteis** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Artigo 11.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de **avaliação do preço global enquanto único aspeto da execução** do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. No caso de apresentação de propostas com igual preço contratual será efetuado sorteio presencial com os concorrentes empatados na sede da entidade adjudicante, do qual será lavrada ata assinada por todos os presentes.
3. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma classificação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos.

Artigo 12.º - JÚRI DO PROCEDIMENTO

1. O procedimento será conduzido por um Júri, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do CCP.
2. O Júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do convite o e o seu funcionamento rege-se pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 67.º e seguintes do CCP.
3. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, foram delegadas no Júri as seguintes competências:
 - a) Prestação de esclarecimentos solicitados pelos Interessados necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, nos termos deste convite e do artigo 50.º do CCP;
 - b) Decisão de prorrogação do prazo de apresentação de propostas, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 64.º do CCP;
 - c) Decisão sobre requerimentos dos Interessados para a classificação ou desclassificação de documentos que constituem as suas propostas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66.º do CCP;

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121**AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB**

d) Designação, sem direito a pagamento ou retribuição, de peritos ou consultores internos para apoiar o Júri no exercício das suas funções, quer através da emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do CCP, quer mediante a participação, sem direito de voto, nas reuniões do Júri;

Artigo 13.º - ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS

1. O Júri do procedimento pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito da análise e avaliação das propostas apresentadas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
3. O Júri deve solicitar aos Concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem comprovar factos ou qualidades anteriores à data da apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos de esclarecimento e de suprimento das irregularidades causadas por preterição de formalidades não essenciais, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica em uso pela ULSCB, devendo todos os Concorrentes ser notificados dos mesmos, nos termos do n.º 5 do artigo 72.º do CCP.

Artigo 14.º - RELATÓRIO PRELIMINAR

1. O Júri, após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar, no qual propõe a ordenação, por ordem decrescente, das propostas apresentadas.
2. No Relatório Preliminar, o Júri também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas pelos motivos previstos nos n.ºs 2 e n.º 3 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 15.º - AUDIÊNCIA PRÉVIA

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri notifica todos os Concorrentes para efeitos de audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.
2. Os Concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação do Relatório Preliminar para se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo.

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

Artigo 16.º - RELATÓRIO FINAL

1. Cumprido o disposto no ponto anterior, o Júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do procedimento procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

Artigo 17.º - ADJUDICAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise e avaliação das propostas.
2. No prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da notificação de decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação exigidos por lei e no ponto seguinte do presente convite;

Artigo 18.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

1. No prazo previsto no **artigo 17.º** do presente Convite, o Adjudicatário deverá apresentar através da plataforma eletrónica utilizada pela ULSCB e identificada no **Artigo 4.º** do presente Convite, os seguintes documentos de habilitação:
 - 1.1. **Declaração de habilitação do Anexo II ao CCP**, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme o modelo constante do Anexo IV do presente Convite;
 - 1.2. Documentos exigidos nos termos das alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:
 - a) **Certidão de Registo Criminal atualizada** [de pessoas singulares ou no caso de pessoas coletivas, das entidades e dos respetivos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções], nos termos das alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - b) **Declaração atualizada da situação contributiva perante a Segurança Social em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c) **Declaração da situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme a alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

- 1.3. **Certidão permanente da empresa atualizada**, comprovativa de todas as inscrições em vigor;
- 1.4. **Caso aplicável, documento comprovativo de os dispositivos médicos a adquirir foram já objeto decodificação pelo INFARMED (CDM)** e que os mesmos constam da respetiva base de dados, nas situações em que tenha sido apresentado com a proposta certidão emitida pelo INFARMED que atestava a existência de procedimento de codificação em curso à data de apresentação da proposta, para efeitos do disposto no n.º 2 do Despacho n.º 2945/2019, de 19 de março, de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, o qual determina que até à conclusão da fase de habilitação os dispositivos, objeto do referido procedimento, têm de estar codificadas e incluídos na base de dados do INFARMED, I.P.
- 1.5. **O Adjudicatário deverá comunicar à ULSCB o nome do seu Representante**, que servirá de interlocutor para todas as fases da execução do contrato.
2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa e o Adjudicatário preste à ULSCB o necessário consentimento, nos termos da lei.
3. Quando o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a ULSCB consulte a informação prevista nas alíneas b) e c) do número 1.2. do presente artigo, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que a ULSCB, tem o contribuinte fiscal n.º 509 309 844, podendo com esse número o Adjudicatário formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito do artigo 18.º n.º 1 do presente Convite.
4. A ULSCB pode solicitar ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para o fornecimento dos bens objeto do Contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
5. Caso a ULSCB detete alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que possa, nos termos do artigo 86.º do CCP, levar à caducidade da adjudicação, notificará o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.
6. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE
CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

7. Nos termos do artigo 117.º do CCP e do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.

Artigo 19.º - CAUÇÃO

1. É dispensada a prestação de caução pelo Adjudicatário, ao abrigo do disposto no artigo 88.º n.º 2 al. a) do CCP.
2. Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP e da **Cláusula 23.ª** do Caderno de Encargos, a ULSCB reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% (dez por cento) do valor dos pagamentos a efetuar.

Artigo 20.º - CONTRATO

1. Nos termos do artigo 101.º do CCP, o Adjudicatário deve pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** contados a partir da respetiva notificação, equivalendo o silêncio à aceitação da minuta.
2. Qualquer eventual reclamação à minuta do contrato apresentada pelo Adjudicatário é analisada nos termos do artigo 102.º do CCP e objeto de decisão pela ULSCB no prazo de 10 dias úteis a contar da receção da mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. No cumprimento do disposto no artigo 104.º do CCP, a ULSCB comunicará a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do Contrato.

Artigo 21.º - ENCARGOS

São encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta e à celebração do contrato

Artigo 22.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissa no presente Convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E.P.E., 11 DE JUNHO DE 2021.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ULSCB

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

ANEXO I - MODELO DA DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do Artigo 256.º - A]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o Concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121**AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB**

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local),..... de.....(data), ... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE
CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

ANEXO II - MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

_____ (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede _____,
Pessoa colectiva nº _____, matriculada na Conservatória do registo Comercial de _____
sob o nº _____, com o capital social de _____, obriga-se a executar todas as prestações que
constituem o objeto do presente procedimento _____, no prazo de
execução de _____, em conformidade com o caderno de encargos, pelo preço contratual de
_____ Euros (por algarismos e por extenso), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do
Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que
tenham sido identificados e depois aceites pela ULSCB nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 50.º do Código
dos Contratos Públicos.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

[Local], [Data]

[Assinatura]

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

ANEXO III - FORMULÁRIO DE PREÇOS E DEMAIS ELEMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DOS BENS A FORNECER (ARTIGOS INDICADOS NA CLÁUSULA 32.ª DO CADERNO DE ENCARGOS)	QUANTIDADES	PREÇO UNITÁRIO S/ IVA	PREÇO TOTAL S/ IVA (ATENDENDO ÀS QUANTIDADES ESTIMADAS)

Designação do equipamento a disponibilizar (Autoanalisador automático)	Referência	Marca
Preço global da proposta	€	
Taxa de IVA Aplicável	%	
Prazo de manutenção da proposta (expresso em dias uteis)		
Condições de pagamento		
Prazo dos artigos entrega após requisição (expresso em dias)		
Prazo para instalação e colocação do equipamento a disponibilizar, após adjudicação (expresso em dias)		

CONSULTA PRÉVIA N.º 21000121

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA IMUNO-HEMOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EM REGIME DE
CONTRA CONSUMO PARA A ULSCB

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 2. O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP